



O bê-á-bá da intolerância e da discriminação

A escola, por excelência é o local dedicado à educação e à socialização da criança e do adolescente, transformou-se em cenário de agressão, autoritarismo e desrespeito mútuo. São lições que jamais poderiam estar nessa cartilha

Por Miriam Abramovay, professora da Universidade Católica de Brasília e coordenadora do Observatório de Violências nas Escolas-Brasil, Marta Avancini, pesquisadora da UNESCO, e Helena Oliveira, oficial de projetos do UNICEF

O fenômeno da violência no cenário escolar é mais antigo do que se pensa. Prova disso é o fato de ele ser tema de estudo nos Estados Unidos desde a década de 1950. Porém, com o passar do tempo, ele foi ganhando traços mais graves e transformando-se em um problema social realmente preocupante. Hoje, relaciona-se com a disseminação do uso de drogas, o movimento de formação de gangues – eventualmente ligadas ao narcotráfico – e com a facilidade de portar armas, inclusive as de fogo. Tudo isso tendo como pano de fundo o fato de que as escolas perderam o vínculo com a comunidade e acabaram incorporadas à violência cotidiana do espaço urbano. Enfim, deixaram de ser o porto seguro para os jovens estudantes.

Aluno de 15 anos retrata o professor como uma figura mitológica que causa medo. O desenho faz parte da tese de doutorado da pedagoga Sonia Koehler (veja texto na página 37)

Sinal dos tempos, até o foco dos estudos atuais difere do dos antigos. Antes, esse tipo de violência era tratado como simples questão disciplinar. Depois, passou a ser analisada como delinquência juvenil. Hoje, é percebida de maneira bem mais ampla, sob perspectivas que expressam fenômenos como a globalização e a exclusão social. Diante disso, as análises precisam ser mais profundas e não se restringir às transgressões praticadas por estudantes ou violências nas relações entre eles.

Várias pesquisas no Brasil têm buscado o mapeamento desse fenômeno, assim como as causas e os efeitos sobre os alunos, os professores e o corpo administrativo e técnico das instituições de ensino. Embora sejam estudos ainda incipientes, por focarem, em sua maioria, situações regionais ou localizadas, os resultados obtidos apontam os principais tipos de violência.

Os primeiros estudos brasileiros datam da década de 1970, quando pedagogos e pesquisadores procuravam explicações para o crescimento das taxas de violência e crime. Na década de 1980, enfatizavam-se ações contra o patrimônio, como as depredações e as pichações. Já na maior parte da década de 1990, o foco passa a ser as agressões interpessoais, principalmente entre alunos.

Nos últimos anos do século XX e nos primeiros do século XXI a preocupação com a violência nas escolas aumentou e tornou-se questionável a idéia de que as origens do fenômeno não estão apenas do lado de fora da instituição – ainda que se dê ênfase, em especial, ao problema do narcotráfico, à exclusão social e às ações de gangues.

A maioria dos estudos de larga escala, realizados ao longo dos últimos anos pelos principais organismos internacionais, procurou explorar os contextos violentos que emergiam no ambiente escolar, a percepção de atores internos e externos, regionalidades e o tamanho dos municípios. Um aspecto inovador é o foco nas representa-

O que é violência escolar

O que é caracterizado como violência escolar varia em função do estabelecimento, de quem fala (professores, diretores, alunos etc.), da idade e provavelmente do sexo. Não existe consenso em torno do seu significado.

Professor de Ciências da Educação, o especialista Bernard Charlot amplia o conceito, classificando-o em três níveis: violência (que inclui golpes, ferimentos, roubos, crimes e vandalismos, e sexual), incivildades (humilhações, palavras grosseiras e falta de respeito) e violência simbólica ou institucional compreendida, entre outras coisas, como desprazer no ensino, por parte dos alunos,

e negação da identidade e da satisfação profissional, por parte dos professores.

Os termos para indicar a violência também variam de um país para outro. Nos Estados Unidos, diversas pesquisas usam delinquência juvenil. Na Inglaterra, alguns autores defendem que o termo violência na escola só seja empregado no caso de conflito entre estudantes e professores ou em relação a atividades que causem suspensão, atos disciplinares e prisão.

Apesar das diferenças entre os países, há um consenso quanto ao fato de que não apenas a violência física merece atenção. Outros tipos de violência podem ser traumáticos e graves.

ções das crianças e dos adolescentes que estudam nas escolas analisadas. Os conceitos de violência verbal, simbólica, racial e psicológica foram exaustivamente analisados, sempre no contexto da escola.

Forças de dentro e de fora

Para entender o fenômeno da violência nas escolas, é preciso levar em conta fatores externos e internos à instituição de ensino. No aspecto externo, influem as questões de gênero, as relações raciais, os meios de comunicação e o espaço social no qual a escola está inserida. Entre os fatores internos, deve-se levar em consideração a idade e a série ou o nível de escolaridade dos estudantes, as regras e a disciplina dos projetos pedagógicos das escolas, assim como o impacto do sistema de punições e o comportamento dos professores em relação aos alunos (e vice-versa) e a prática educacional em geral.

Segundo alguns autores, como o educador Eric Debarbieux, um dos fundadores do Observatório Europeu de Violência Escolar, na Universidade de Bordeaux, a escola está mais vulnerável a fatores e problemas externos, como o desemprego e a precariedade da vida das famílias nos bairros pobres. No livro *La Violence à l'École: Approches Européennes* ele menciona ainda o impacto da massificação do acesso à escola, que passa a receber jovens afetados por experiências de exclusão e de participação em gangues. Esses fatores externos de vulnerabilidade se somam àqueles decorrentes do aumento das condutas inadequadas ou não usuais na escola.

Embora os fatores externos tenham impacto e influência sobre a violência escolar, é preciso reconhecer que dentro da própria escola existem possibilidades de lidar com as diferentes modalidades de violência e de construir culturas alternativas pela paz, adotando estratégias e capital próprios. O Fundo das Nações Unidas para a Infância e Adolescência (UNICEF), por exemplo, entende que a questão da violência nas escolas deve ser tratada sob a perspectiva da garantia de direitos e da qualidade da educação. Isso significa que as escolas, assim como os serviços de saúde, a assistência social, os Conselhos Tutelares e outros mecanismos e instituições, são vistas como “agentes protetores” das crianças e dos adolescentes. Ou seja, têm um papel estratégico na defesa dos direitos dessa faixa etária.

O contexto nacional

O debate sobre os fatores externos e internos, associados à violência no ambiente escolar, é bastante controverso e delicado, pois a tendência é enfatizar os primeiros, o que amenizaria a responsabilidade do sistema escolar, tanto diante do próprio fenômeno quanto do seu enfrentamento. O ideal, porém, é não isolar um único fator como possível causa ou antecedente. Prefere-se, em lugar disso, identificar conjuntos ou ambientes favoráveis à violência. Por isso, além de enfoques multidimensionais, vários autores defendem a importância da abordagem transdisciplinar, com a contribuição da sociologia, da ciência política, da psicologia, das ciências da educação e da justiça criminal.

Entre as pesquisas brasileiras, a Pesquisa Nacional Sobre Violência, Aids e Drogas nas

Escolas, que resultou no livro *Violência nas Escolas*,¹ publicado em 2002 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), é um dos estudos mais abrangentes. A análise recorreu a enfoques multidimensionais, nos quais se aponta um conjunto de fatores como provável causa da violência, sejam eles internos ou externos. Ela adotou uma concepção ampla de violência, incorporando não só a idéia de sevícia, de utilização da força ou intimidação, mas também as dimensões socioculturais e simbólicas do fenômeno. Segundo essa idéia, a violência escolar sempre resulta da interseção de três conjuntos de variáveis independentes: o institucional (escola e família), o social (sexo, cor, emprego, origem socioespacial, religião, escolaridade dos pais, status socioeconômico) e o comportamental (informação, sociabilidade, atitudes e opiniões).

Os alunos e membros do corpo técnico-pedagógico que participaram da pesquisa da UNESCO afirmam que é nas cercanias da escola que mais ocorrem situações violentas. Eles também apontam a vizinhança como um dos cinco principais problemas da escola. Apesar disso, um quinto dos alunos e um quarto do corpo pedagógico asseguram que as dependências da instituição são ainda mais violentas do que o seu entorno, o que descaracteriza o ambiente escolar como espaço confiável e protegido.

Entre os problemas apontados no entorno, alguns ganham destaque. É o caso da precariedade da sinalização e da insegurança no trânsito. A falta de equipamentos fundamentais nas vias de trânsito de acesso explica o significativo número de atropelamentos dos membros da comunidade escolar. Em muitas ruas, onde estão situadas as escolas, não há semáforo, passarela, faixa de travessia para pedestres nem guarda controlando o trânsito. Além disso, em alguns bairros, a segurança fica comprometida no período noturno devido à iluminação deficiente.

O acesso a bebidas alcoólicas é reconhecidamente um motivador da violência. Em 63% das escolas observadas verificou-se que os alunos freqüentam bares ou botequins próximos à escola, algumas vezes desviando do seu trajeto e faltando às aulas. Esses estabelecimentos são freqüentados por grupos ou turmas que, quando consomem bebidas alcoólicas, podem se envolver em práticas violentas.

A falta de segurança também é apontada, apesar de não existir consenso em relação à conveniência da vigilância policial. Muitos acreditam que seria ainda pior. É importante atentar para o fato de que as opiniões variam conforme a imagem que se tem dos policiais. Os inspetores escolares, por exemplo, defendem a idéia. Já os alunos, que não confiam na polícia, afirmam que a escola deve resolver sozinha seus problemas. A relação entre alunos e policiais é delicada, principalmente porque alguns estudantes dizem temer a polícia. Já alguns policiais reclamam da falta de respeito por parte dos alunos.

Tanto os estudantes quanto o corpo técnico-pedagógico concordam ao apontar como

¹ O estudo, coordenado por Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua, foi realizado em 13 capitais (Goiânia, Cuiabá, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Maceió, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre) mais o Distrito Federal. Ao todo, 33.655 alunos de escolas públicas e privadas, dos turnos diurno e noturno, responderam aos questionários. Como a amostra é expandida, os dados correspondem a 4.663.301 alunos das localidades pesquisadas. Também responderam aos questionários 3.099 professores e 10.225 pais. Além da pesquisa quantitativa, foi realizada uma qualitativa, que consistiu na realização de entrevistas, grupos focais e observação de campo com todos os atores sociais envolvidos.

um dos maiores problemas, em muitas escolas, a formação de gangues ou o tráfico de drogas no espaço escolar ou no seu entorno, levando a um total clima de insegurança. Isso fragiliza a autoridade dos responsáveis pela ordem na escola a tal ponto que ficam imóveis, com receio de sofrer represálias. Em vários depoimentos dessa pesquisa, ressalta-se a presença do tráfico. Em muitos casos, os traficantes utilizam vendedores ambulantes e até alunos para a venda e distribuição de drogas. São os chamados aviões”. As gangues, por sua vez, interferem na vida da escola de várias formas: ameaças a alunos, demarcação de territórios onde uns podem entrar e outros não, atos de vingança, clima de tensão e outras barbaridades.

A pesquisa da UNESCO revelou aspectos curiosos em relação ao ambiente escolar. O primeiro está relacionado à estrutura física do estabelecimento, em geral separado do entorno por muros, cercas e grades. Significativa parcela dos alunos critica a qualidade do ambiente físico, principalmente as salas de aula, os corredores e pátios, embora ainda

Apesar de algumas escolas serem mais flexíveis e aceitarem o diálogo, há diversos exemplos de abuso de poder por parte da instituição

assim afirmem gostar da escola em que estudam. Os locais que os alunos preferem são a cantina ou a lanchonete, a biblioteca, e, quando há, o centro de informática, o ginásio de esportes, o laboratório e o pavilhão de artes.

As relações sociais na escola

A observação local direta efetuada pelos pesquisadores mostrou que aproximadamente um terço dos alunos exibe comportamento indisciplinado. Quando se trata de gazer ou matar aulas, os percentuais são bastante significativos. Em geral, as escolas impõem regras a quem vive no seu cotidiano, sobretudo aos alunos. Dentre elas, provocam reações mais imediatas as relacionadas à observância do horário das aulas, ao uso do uniforme, à identificação e às práticas permitidas ou proibidas no espaço escolar. Na maioria das escolas há regras referentes a todos esses aspectos, mas não ocorre o consenso da própria comunidade escolar em relação a elas.

Um bom exemplo é a proibição de fumar, regra comum especialmente no período diurno. O aluno não pode fumar, mas o diretor, o professor e demais funcionários estão liberados. Parece muito injusto. Os alunos se queixam de que os próprios adultos quebram as regras. Apesar de algumas escolas serem mais flexíveis e aceitarem o diálogo, há diversos exemplos de abuso de poder por parte da instituição, que impõe regras sem margens de defesa ou possibilidades de contra-argumentação por parte dos jovens. Em síntese, as regras são indispensáveis à ordem escolar, mas chamam a atenção para o tipo de coerção

a que são submetidos para alcançar tal fim. Segundo Debarbieux, novamente, dos problemas que se colocam hoje, entre os docentes e o corpo escolar em geral, emergem, prioritariamente, as formas de contestação da própria ordem escolar, que se manifestam como incivildades, como uma violência mais evidenciada ou como comportamento de rejeição.

Os comportamentos negativos são combatidos com punições específicas. Como, na maioria das vezes, elas são estipuladas de forma arbitrária, a escola pode ser um lugar privilegiado do exercício da violência simbólica, praticada pelo uso de sinais de poder que falam por si sós, sem a necessidade da força física, nem de armas, nem do grito. São medidas que silenciam protestos, exercidas não só de um estudante para outro, mas ainda na relação professor ou diretor e aluno. Nas transgressões mais graves, como pichações e vandalismo, por exemplo, o jovem tanto pode ser transferido quanto expulso ou levado à delegacia acompanhado pelos pais. As medidas mais drásticas são defendidas, por exemplo, pelos inspetores. Os alunos, porém, tecem duras críticas às punições.

A primeira delas refere-se ao tratamento diferenciado que é dispensado a alguns, já que os tais “queridinhos da diretoria” nunca são punidos severamente. A segunda crítica refere-se ao exagero das ameaças de punição, comportamento que leva ao descrédito. Ocorre, ainda, que essa atitude tem sido tão banalizada que deixa de ser tida como sanção.

Há escolas que adotam castigos alternativos, que podem ser tão ou mais severos que os habitualmente utilizados, pois costumam levar a situações de humilhação e constrangimento. Vários alunos reclamam da falta de critérios e de abusos de poder por parte da escola na imposição de punições, como podemos ver no relato de um aluno de um grupo estudado em uma escola pública de Maceió: “(...) Foi um fato que eu achei um tanto errado [sobre] as regras daqui do colégio. Um rapaz e uma moça que estavam se beijando aqui (...). No caso só se adverte. [Mas] tomaram uma suspensão de uma semana. Ao contrário de uns que usam drogas, lança-perfume, e tomaram uma punição de dois dias”.

Existem, ainda, os casos de não-aplicação das punições previstas nas normas escolares. Segundo membros do corpo discente, isso pode ocorrer por diversas razões, como a inoperância e a omissão da direção da escola. Mas, geralmente, é a pressão dos pais que está por trás da impunidade.

O que mais desagrada na escola

É muito importante diagnosticar o que leva os alunos e membros do corpo técnico-pedagógico a apreciar ou não a escola onde estudam ou trabalham. Aproximadamente 80% dos alunos responderam que gostam da instituição. Ainda assim, apontam vários aspectos que os desagradam. O espaço físico é o item mais citado. Nas capitais pesquisadas, uma média de quatro a cada dez alunos critica a sala de aula, os corredores, o pátio. Um segundo item que desagrada aos estudantes é a secretaria e a diretoria. Eles também dizem não gostar da maioria dos alunos, das aulas e de grande parte dos professores (*veja quadro O que a Escola Tem de Pior*).

O fato de os alunos dizerem que não gostam da maioria dos seus colegas leva a um questionamento da idéia de que a escola é um espaço de convívio social prazeroso entre jovens. Isso generaliza uma situação de desconforto e desconfiança e fragiliza os laços afetivos entre os membros da classe. Quanto às relações com os colegas, os alunos alegam desunião e falta de solidariedade, observando que é comum a falta de coleguismo

e diálogo. Formam-se grupos fechados, as panelinhas, que impedem a aproximação de outros colegas. Essa ausência de empatia e solidariedade entre os estudantes acaba se estendendo a outras relações, como a que liga professores e alunos.

Finalmente, fica claro que as relações entre os alunos influenciam a permanência na escola, porque ali eles desfrutam de convivência social e se ligam afetivamente uns aos outros. Já os professores são apontados como objeto de desgosto por uma parcela dos estudantes. Entre os motivos, está o fato de os docentes estigmatizá-los de várias formas. Muitos alunos sentem-se discriminados e incomodados pelo fato de outros receberem tratamento diferenciado e privilegiado.

Esses dados levantam uma pergunta crucial: que escolas são essas em que parcelas significativas dos alunos não gostam de seus colegas? Pistas bastante úteis para responder a essa indagação encontram-se nos dados obtidos a partir da consulta a alunos e membros do corpo técnico-pedagógico, sobre os principais problemas da escola.

De sua parte, os estudantes apontam como os maiores problemas da escola os “alunos desinteressados e indisciplinados”, as “carências materiais e humanas” e os “professores incompetentes e faltosos”. Já a equipe técnico-pedagógica da escola cita como os três principais problemas as carências materiais e humanas, a existência de estudantes desinteressados e indisciplinados e o desinteresse dos pais. Chama a atenção o fato de que os alunos desinteressados e indisciplinados tenham sido mencionados como problema tanto pelos estudantes quanto pelos membros da equipe técnica.

Uma possível explicação para o desinteresse dos alunos parece ser o conteúdo programático das aulas. Há alunos que demonstram desconhecimento sobre a utilidade de um conteúdo ou avaliam de acordo com o que consideram instrumento só para um fu-

O que a Escola Tem de Pior					
Capitais	O que não gostam (%)				
	Do espaço físico (salas de aula, corredores)	Da secretaria, da direção	Da maioria dos alunos	Das aulas	Da maioria dos professores
Distrito Federal	48	36	32	29	25
Goiânia	47	27	27	23	24
Cuiabá	39	30	33	24	21
Manaus	43	32	31	19	23
Belém	50	35	24	19	20
Fortaleza	40	37	34	21	27
Recife	45	40	33	26	22
Maceió	38	28	42	20	25
Salvador	46	36	39	24	26
Vitória	46	30	27	30	26
Rio de Janeiro	49	28	28	23	20
São Paulo	41	35	36	26	24
Florianópolis	41	38	33	34	29
Porto Alegre	45	29	30	31	25

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001.

turo distante. É curioso o depoimento obtido em uma escola privada do Rio de Janeiro: “Geografia é uma parada (...) que não bate. Pra mim, tem gente que quer aprender geografia no colégio (...) quem vai ser professor, mais nada. Meu pai mesmo fala que algumas coisas você vai usar. Agora, raiz quadrada, não sei o que mais, só se for professor de matemática (...). Dependendo da profissão, você não vai usar matemática em nada”.

Os jovens sentem-se sobrecarregados com tantas matérias, reclamam da monotonia das aulas e, ao mesmo tempo, da falta de acesso a temas e cursos que realmente lhes interessam. Os dados apontados por eles trazem à tona a discussão sobre a atribuição de culpas e responsabilidades no processo educacional. Enquanto os alunos se reconhecem sem interesse e como causadores de problemas disciplinares, os professores não se sentem responsabilizados pelo fracasso escolar, atribuindo a culpa aos alunos e à família, bem como às precárias condições de trabalho.

Muitos alunos informaram manter relações satisfatórias com os professores, que são seus principais interlocutores depois dos colegas, sejam essas relações cordiais ou não

Alguns membros do corpo pedagógico afirmam que o maior problema da escola é a indisciplina, a falta de respeito, de responsabilidade, de educação que deveria ter sido recebida em casa. Alguns professores não apontam os responsáveis por essa situação, mas dizem que a indisciplina é causada pela falta de limites. Em contrapartida, alguns pais entrevistados julgam que a indisciplina resulta do fato de que é uma escola enfadonha, com professores que não se preparam, não estão interessados em dar aula, querem mais é se livrar das aulas e trabalham com programas caducos.

O professor na berlinda

Muitos alunos informaram manter relações satisfatórias com os professores, que são seus principais interlocutores depois dos colegas, sejam essas relações cordiais ou não. Eles valorizam aqueles que os incentivam a continuar os estudos, demonstram interesse por eles e preocupação com o desempenho dos estudantes, dão conselhos, dialogam e são amigos. A atenção e o diálogo são ressaltados pelos alunos, criando momentos de descontração nas aulas, facilitando a aproximação entre eles. Dialogar, para os alunos, significa falar sobre assuntos que despertam o interesse deles, conversar, trocar opiniões sobre as principais decisões a serem tomadas nas escolas.

A falta de comunicação entre professores e alunos causa muita revolta nos estudantes, independentemente da idade ou da série em que se encontram. É possível que essa atitude afete a auto-estima dos jovens, incomodados com o fato de serem ignorados.

Há uma forte crítica aos professores cuja preocupação se restringe ao repasse de conteúdo, sem interesse em interagir com a turma.

A situação dos mestres na sala de aula também é desconfortável, pois muitos sentem na pele a falta de respeito. Esse quadro agrava-se nas escolas da rede privada, onde há alunos que acham que, pelo fato de pagarem o estudo, têm o direito de enfrentar funcionários e professores. Em alguns casos, comportam-se de maneira autoritária, humilhando ou insultando o professor ou, em casos extremos, utilizando-se do poder ou do prestígio dos pais para forçar a demissão daquele de quem não gostam.

Já os diretores são elogiados pelos alunos quando possibilitam o diálogo, dão conselhos e se envolvem com os jovens por diferentes motivos. As qualidades que mais reconhecem no comandante da instituição são a comunicabilidade, a disponibilidade para atender a reivindicações e a flexibilidade para lidar com as situações. Para os pais, o diretor deve ser reconhecido por atitudes que demonstrem sua preocupação com os estudantes. Também foram destacados talentos e habilidades intelectuais do diretor, sua capacidade de se impor, dentro e fora da escola.

Existem reclamações de alunos em relação aos diretores. Entre as queixas mais frequentes, está a falta de visita às aulas, de se reunir com representantes de turma, a ausência na rotina escolar, o autoritarismo e o tratamento diferenciado aos alunos quando estão acompanhados pelos pais.

Apesar das dificuldades em algumas relações estabelecidas entre os vários atores sociais envolvidos, a escola surge como espaço de socialização para os jovens. É o lugar

O imaginário dos estudantes

Para identificar como a violência psicológica acontece nas salas de aula, a pedagoga e psicóloga Sonia Koehler ouviu os alunos. Em sua tese de doutorado, 516 alunos da 8ª série do ensino fundamental responderam a um questionário sobre sua experiência com a pessoa que consideravam o pior professor de suas vidas. Dentre os sujeitos pesquisados, 94,6% mencionaram atos praticados pelos professores e considerados como violência psicológica: gritos, humilhações, comparações depreciativas, ameaças, arremesso de objetos, mentiras.

Além de responderem ao questionário, os adolescentes foram convidados a desenhar o professor ao qual se referiam nas respostas. A imagem que os meninos e meninas têm na memória mostra um efeito da violência psicológica na escola. Boa parte deles (36,2%) retratava os docentes de forma desfavorável:

braços erguidos, em riste, mão na cintura, rosto sério e ausência de sorrisos. Essas características denotaram a recordação de um professor autoritário e agressivo. Alguns (23,8%) retratavam o professor como figuras mitológicas que causam medo: monstros, bruxas. Os estudantes mencionaram sentimentos de vergonha, humilhação e inferioridade diante da violência psicológica. Apenas 4,4% retratavam a figura humana do professor de modo favorável: sorriso no rosto, braços abertos, coração na blusa.

Na opinião da psicóloga, o contexto atual mostra que a violência no mundo adulto tem aguçado a situação de risco de crianças e jovens, além de reproduzir os valores desumanos. Portanto, é necessário investir nas relações interpessoais, na educação e na pessoa do professor como educador como uma forma de apoiar o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes.

onde ocorrem aprendizagens significativas, já que o modo de vida dos sujeitos em interação no cenário escolar propicia trocas materiais e simbólicas.

Sob essa perspectiva, pode-se verificar que as escolas que se organizam com base em princípios democráticos e constroem as regras com a participação de toda a comunidade escolar conseguem maior comprometimento no que tange a sua observância. O aluno sente-se menos encorajado a testar os limites da conduta aceitável pelos adultos, já que ele também será cobrado pelos colegas.

Uma outra forma de exclusão social

Embora seja vista como chave de oportunidades para uma vida melhor, a escola pode discriminar e estigmatizar, marginalizando o indivíduo formal ou informalmente nos seus direitos de cidadania e no seu acesso às oportunidades de estudo, profissionalização, trabalho, cultura, lazer, entre outros bens e serviços do acervo de uma civilização. Com a finalidade de contribuir para a construção de uma cultura contra violências, faz sentido lidar com discriminações, intolerâncias e exclusões no espaço escolar, ainda que essas não deságüem em ameaças, brigas e mortes, ou seja, não configurem violência física propriamente dita.

Nos trabalhos promovidos pela UNESCO, a exclusão social é estendida à falta ou insuficiência da incorporação de parte da população à comunidade política e social, conforme defende a estudiosa Miriam Abramovay no livro *Gangues, Galeras, Chegados e Rappers – Juventude, Violência e Cidadania nas Cidades da Periferia de Brasília* (Editora Garamond, 1999). Ou seja, ao deixar alguns sujeitos à margem do contato social, nega-se, formal ou informalmente, seus direitos de cidadania, como a igualdade perante a lei e as instituições públicas, a proteção do Estado e seu acesso às oportunidades diversas, quais sejam, de estudo, profissionalização, trabalho, cultura, lazer, entre outros bens e serviços do acervo de uma civilização.

Na pesquisa, exclusão social é entendida como mais que desigualdade econômica. Engloba dimensões e processos culturais e institucionais, por meio dos quais numerosas parcelas da sociedade brasileira tornam-se e permanecem alheias ao contrato social, privadas do exercício da cidadania, desassistidas pelas instituições públicas, desamparadas pelo Estado.

Uma das vertentes socioculturais da exclusão diz respeito à questão racial, aqui tratada em termos de percepções, assim como exemplos de discriminações. De fato, o racismo é uma forma de exclusão social encravada na sociedade brasileira em geral e no sistema educacional em particular. Ele aparece, algumas vezes, de forma explícita e, outras, por meio de atitudes de pseudocordialidade.

Quando vista como via de acesso ao exercício da cidadania, a escola, a educação e o processo de ensino-aprendizagem funcionam como uma espécie de salvo-conduto moral, um passaporte para a entrada na sociedade moderna, em que o estudo é cada vez mais um requisito para o acesso às oportunidades de trabalho. Porém, é nesse ponto de interseção entre o estudo e o trabalho que se situa um dos mais graves problemas da exclusão social, no qual o ensino de boa qualidade abre as oportunidades e o de má qualidade, ao contrário, acentua a exclusão. As classes menos favorecidas economicamente vivenciam essa situação como fenômeno cultural, social e institucional. Nem sempre o acesso à escola garante trabalho e melhores salários. Quando estudantes verificam essa realidade, assim como quando se dão conta da baixa remuneração dos professores, perdem o interesse pelos estudos.

Ainda assim, a ascensão social é percebida como viável graças à formação escolar, já que

os empregos que exigem baixo nível de instrução têm remuneração muito baixa e as posições mais ambicionadas exigem diploma de nível superior. Por isso, muitos alunos acham que o vestibular seria a meta principal e, nessa discussão, acham que é melhor estudar na escola privada do que na pública. Os professores também concordam que, para os alunos das escolas privadas, o futuro é mais promissor, devido ao poder aquisitivo dos pais e à disponibilidade de tempo para estudar. Mas a universidade fica mais distante para os alunos da rede pública, especialmente quando se trata de cursos requisitados e profissões valorizadas.

Além das desigualdades no que se refere à qualidade de ensino, à possibilidade de estudar em escolas de bom nível e à disponibilidade de tempo e material escolar adequado, a discriminação e a exclusão social manifestam-se nas atitudes quanto à própria escola e às relações entre os alunos. Nesse sentido, é possível distinguir três padrões de exclusão ou discriminação social na escola.

O primeiro diz respeito à visão sobre a escola pública e seus alunos. Muitos são vistos como “marginais”, despreparados, mal-educados e, portanto, nocivos à sociedade. O segundo refere-se às relações entre os alunos de uma mesma rede de ensino – seja pública ou privada – cujas condições econômicas são desiguais. Há indicações de que os que sofrem discriminação reagem tanto com retraimento como com agressividade. O terceiro padrão tem lugar nas escolas privadas com aqueles de menor poder aquisitivo, como os que têm bolsas de estudo e os filhos de funcionários ou de professores.

O racismo na escola

Embora institucionalmente silenciada, a violência relacionada a práticas discriminatórias resultantes de preconceções quanto à raça mostra-se evidente na comunidade escolar. Muitas pessoas, principalmente alunos, relatam casos de discriminações. Depoimento colhido em grupo focal de pais mostra que se considera a existência de preconceito na escola até mesmo contra uma estudante branca, que se percebe discriminada pelos colegas negros. Além do acesso diferenciado segundo a dependência administrativa das escolas, brancos e não-brancos também se distinguem pelos turnos de estudo. Os maiores percentuais de não-brancos estão no turno da noite.

De fato, existe, por parte de vários alunos, de membros do corpo técnico-pedagógico e de pais, o reconhecimento de que há preconceito racial nessa instituição. Isso foi frisado, principalmente, pelos que são ou já foram vítimas desse problema, aos quais são dirigidas palavras como “negona”, “molambo”, “fedorenta” e “cabelo de bombрил”. Os depoimentos trazem evidências de que predomina a ideologia pela qual se associam padrões de beleza a características de brancos. Não resta dúvida de que existe hostilidade racial e de que ela pode prejudicar a trajetória escolar da vítima ao criar um estigma contra ela e marginalizá-la.

Alguns diretores e professores de estabelecimentos privados sustentam que não ocorre preconceito nas escolas onde trabalham, devido ao fato de existirem poucas pessoas negras no ambiente escolar. Essa é uma expressão de racismo estrutural, pelo acesso diferenciado de brancos e negros a escolas da rede pública e da privada.

Na literatura sobre o tema no Brasil, é comum destacar-se o fato de que o racismo é realizado por formas complexas, não sendo sequer admitido conscientemente pela maioria da população. Em um primeiro momento, também é difícil detectar práticas ou comportamentos que se caracterizem por padrões racistas nas escolas. O comum é negar-

se qualquer tipo de discriminação. Mas existe a percepção dos alunos de que o preconceito racial está em todos os níveis. Quem é racista? Muita gente, menos a pessoa em si. Raros entrevistados assumem essa ideologia. Negros culpam brancos, loiros delatam escuros, professores apontam para os alunos, alunos falam da direção, e filhos indicam pais. Conclusão: é sempre o outro que tem preconceito.

Muitos alunos afirmam que não existem preconceitos, mas, sim, brincadeiras. Pais e membros do corpo técnico-pedagógico também observaram, em grupos focais, que essas “brincadeiras” podem ser exercícios de legitimidade aos preconceitos raciais, que, por sinal, não ocorrem apenas contra o negro mas também contra pessoas de origem indígena, japonesa e mesmo contra brancos. Ainda assim, o racismo tende a ser encarado como uma manifestação natural do ambiente escolar.

As muitas faces da violência escolar

A pesquisa da UNESCO levou em conta a violência de maneira ampla, não buscando um sentido universal, senão a partir do conhecimento do seu significado para os distintos atores – grupos que compõem a escola em um conjunto de capitais brasileiras. Para melhor compreender o fenômeno, as situações foram categorizadas em três grupos. Assim, a violência contra a pessoa é aquela que pode ser expressa verbal ou fisicamente e pode tomar a forma de ameaças, brigas, violência sexual, discriminações, *bullying*, coerção mediante o uso de armas. A violência contra a propriedade, por sua vez, se traduz em furtos, roubos e assaltos. A contra o patrimônio é aquela que redundava em vandalismo e depredação das instalações escolares.

Violência contra a pessoa

A primeira modalidade de violência contra a pessoa consiste em ameaças, ou seja, promessas explícitas de provocar danos ou de violar a integridade física ou moral, a liberdade ou os bens de outrem. Elas são mais frequentemente mencionadas pelos estudantes de São Paulo e do Distrito Federal (40%) e menos pelos de Belém (21%). Com exceção do Distrito Federal, em todas as capitais, os percentuais de membros do corpo técnico-pedagógico que relatam ameaças são sistematicamente superiores aos de alunos. Isso não significa que as ameaças sejam necessariamente dirigidas a eles, embora, muitas vezes, isso ocorra.

A maioria das ameaças aos professores pelos alunos é ocasionada por notas e pelas faltas disciplinares nas salas de aula. As ameaças aos diretores geralmente acontecem quando estes recorrem a punições mais severas, como suspensões e expulsões. Os agentes e inspetores de disciplina seriam ameaçados por aplicarem advertências e sanções por faltas disciplinares e impontualidades. Essa ameaça também atinge os policiais de batalhões escolares.

Sem verbalizar diretamente, os estudantes reagem de maneira agressiva às rotinas adotadas pelos professores, que são consideradas violentas. Assim como à imposição do poder da instituição escolar, como a disciplina, as exigências e as regras de aferição do conhecimento. Mas dificilmente comunicam os motivos ou por quais parâmetros entendem tais rituais do mundo escolar como violações a serem rebatidas por ameaças.

As ameaças podem redundar em violência física, o que gera um clima de tensão cotidiana. Por isso, é freqüente que professores, diretores e outros membros do corpo pedagógico expressem sentimentos de insegurança. Entre as ameaças que atingem a co-

munidade escolar estão aquelas relacionadas a bombas, felizmente, em geral falsas, com puro intuito de transtornar a rotina escolar.

A modalidade de violência mais frequente na escola é a briga. Ela abrange desde formas de sociabilidade juvenil até condutas brutais. Briga-se por futebol, lanche, notas, por causa de apelidos e tomada de objetos uns dos outros. O olhar direto, o “encarar”, é visto como desrespeitoso e desafiador e pode levar a confrontos. Também esbarrar no outro, mesmo sem querer, pode ser interpretado como atitude pouco cuidadosa e de provocação, podendo ocasionar brigas violentas. Elas são consideradas acontecimentos corriqueiros, sugerindo a banalização da violência e sua legitimação como mecanismo de resolução de conflitos. Muitas vezes, surgem como continuidade de brincadeiras entre alunos, podendo ter ou não conseqüências mais graves.

Os dados indicam que parece prevalecer, entre os alunos, um padrão de comporta-

Embora institucionalmente silenciada, a violência relacionada a práticas discriminatórias resultantes de preocupações quanto à raça mostra-se evidente na comunidade escolar

mento que descarta o recurso à autoridade dos adultos ou aos mecanismos institucionais existentes na escola para resolver os conflitos em favor da violência, praticada em grupo, o que pode estimular novos confrontos. Esse padrão de reação a agressões parece ser um importante componente da cultura que incorpora a própria violência ao universo dos alunos. Assim, partem para brigas e acertos de contas. Há, também, rivalidades entre alunos de séries ou turnos diferentes. Muitas vezes, os do período noturno denunciam acentuada estigmatização por parte do diurno, confirmada pelos entrevistados do corpo técnico-pedagógico. Alegam que, por serem mais velhos, já haveria a suspeita de envolvimento com drogas ou terem relação com assaltantes. Há, também, rivalidade entre estudantes de diferentes escolas e de distintos bairros. Existe, ainda, demarcação de lugares apropriados como “nossos” e os dos “outros”. Essa delimitação leva a rivalidades e brigas.

O fantasma do abuso sexual

O assédio sexual, entendido como diversas formas de intimidação sexual (olhares, gestos, piadas, comentários obscenos, exhibições) e de abusos, como propostas, insinuações e contatos físicos aparentemente não-intencionais, fofocas, frases ou desenhos nos banheiros, é uma das formas mais comuns de violência de professores contra alunos. Principalmente contra mulheres, ainda que possa ocorrer entre os jovens ou envolver outros autores nas escolas. Inclui desde “brincadeiras” até estupros. As “brincadeiras” ou comentários jocosos podem ser dirigidos pelos alunos aos professores e vice-versa, gerando um constrangimento terrível.

Entre os depoimentos colhidos, um denunciou uma proposta de um professor para programas sexuais envolvendo idas a motéis, com pagamento pelos serviços prestados. Ou seja, estímulo à prostituição. O estudante de uma escola pública de Vitória, no Espírito Santo, narrou a experiência: “Aconteceu também no meu colégio e realmente tinha assédio mesmo. Eu ficava conversando com o professor de (...) no colégio. Eu estava desempregado, procurando emprego, doido para arrumar dinheiro. Aí [ele] falou para mim: ‘Eu sei um jeito fácil de você arrumar dinheiro’. Aí deixei para lá, pensei que ele estava brincando. Depois eu falei assim: Professor, que tipo de trabalho é esse? ‘Ah, é que tem uns colegas meus que saem assim: É um dinheiro fácil’. Eu falei: Então explica, professor, que eu estou precisando trabalhar (...). Ele falou para mim que era programa com homossexuais, sabe? (...) Aí parei tudo. Não falei nada com ninguém, mas falei que se isso acontecesse novamente eu ia arrumar um problema com ele, eu ia falar com a diretora (...)”

Muitos comentários transferem a culpa da violência para as meninas. São elas que “provocariam” os rapazes, por usarem um tipo de roupa “diferente”, “insinuante”. A diretoria de algumas escolas chega, inclusive, a supervisionar o vestuário das alunas.

Em diversos relatos, o assédio dos professores está associado a providências mais rigorosas, com processos judiciais encaminhados pelas vítimas. Às vezes, fica-se só na ameaça de denunciar à polícia, mas não se vai adiante por temor de represálias. Acontecem, ainda, estupros nas imediações das escolas, o que leva ao medo e ao abandono dos estudos. Embora as meninas sejam as maiores vítimas, há casos de abuso de meninos.

Com o dedo no gatilho

O recurso às armas em brigas e conflitos, nesses tempos do agravamento da violência na sociedade, chega em grande medida à escola. Alguns estudantes justificam o porte como necessidade de impor respeito, proteger e defender-se. Mas a disponibilidade de

Capitais	Testemunho de Porte de Armas (%)			
	Alunos		Corpo técnico-pedagógico	
	Armas de fogo	Outras armas	Armas de fogo	Outras armas
Distrito Federal	18	15	5	10
Goiânia	11	14	7	18
Cuiabá	17	16	8	13
Manaus	9	12	6	13
Belém	9	12	7	10
Fortaleza	12	12	8	13
Recife	12	10	8	11
Maceió	11	14	2	8
Salvador	10	12	2	14
Vitória	12	15	3	12
Rio de Janeiro	10	9	5	6
São Paulo	15	14	7	10
Florianópolis	12	20	4	18
Porto Alegre	17	16	6	19

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001.

uma arma aumenta o perigo de confrontos e homicídios, como ressalta a literatura nacional e internacional sobre o tema.

No Brasil, os dados da pesquisa da UNESCO indicam que as armas de fogo são apenas uma pequena porção das encontradas nas escolas. Há mais “armas brancas” do tipo faca ou tesoura, além de correntes, cacetes, porretes. Os diretores e o corpo técnico-pedagógico relatam que é habitual encontrar esses instrumentos com os alunos. Alguns pais até defendem a atitude dos filhos, alegando que é preciso carregar alguma coisa para se defender.

Os alunos demonstram familiaridade com a compra e asseguram que é muito simples adquirir uma arma de fogo por intermédio de amigos e conhecidos. Em muitas lojas não é exigida a autorização, e a própria polícia aparece como fornecedora. Segundo membros das diretorias, muitos alunos vão à escola com armas de brinquedo para intimidar, o que evidencia a importância das armas no imaginário dos jovens. Tanto que uma parcela informou já ter visto alunos, pais ou professores carregando arma de fogo no ambiente escolar (*veja quadro Testemunho de Porte de Armas*). Já entre os membros do corpo técnico-pedagógico, os percentuais são muito menores, variando entre 2% e 8%. Tudo indica que, em muitos casos, o porte não é notado nem noticiado.

A presença de qualquer tipo de armamento sinaliza não somente violências efetivas e explícitas mas também cenários que banalizam violências, já que as armas, mesmo quando não acionadas, tornam-se constituintes do próprio cenário escolar. Testemunhar o porte de armas de fogo e de outras significa fazer parte de um campo que pode viver uma batalha a qualquer momento. O mais grave é o fato de muitos jovens afirmarem que têm acesso a armas de fogo em casa (*veja quadro Formas de Contato com Armas de Fogo*). Elas geralmente pertencem aos pais ou a outros familiares e ficam escondidas ou guardadas.

Formas de Contato com Armas de Fogo (%)				
Capitais	Seus pais, parentes têm arma de fogo em casa	Você tem fácil acesso a armas na escola ou imediações	Você sabe onde/quem vende armas	Você já teve ou tem uma arma de fogo
Distrito Federal	22	21	13	7
Goiânia	22	14	10	4
Cuiabá	30	17	14	6
Manaus	19	12	6	4
Belém	18	9	9	5
Fortaleza	22	11	6	4
Recife	24	10	5	2
Maceió	20	11	6	3
Salvador	19	13	7	4
Vitória	24	12	8	4
Rio de Janeiro	20	8	8	4
São Paulo	19	19	11	4
Florianópolis	21	14	12	3
Porto Alegre	32	13	14	5

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001. Foram entrevistados alunos.

A cultura da violência se sustenta, também, pela coerção e pela cumplicidade ativa ou passiva de muitos. Existe acobertamento entre os alunos que sabem quem vende armas, quem entra armado na escola e como fazer isso. Vigora a lei do silêncio, pela qual todos se calam sobre tais acontecimentos. No bojo de uma cultura de violência, em que se amplia o uso das armas, quebram-se as clivagens sexuais quanto à violência. Tanto que os membros da comunidade escolar ouvidos na pesquisa consideram que está aumentando o número de meninas flagradas com armas brancas, principalmente quando envolvidas em brigas.

Entre alunos, há queixas de que não existem medidas eficazes para inibir a entrada de armas nas escolas. Pode-se perceber, em algumas escolas públicas e privadas, certa preocupação dos estudantes em que haja efetivo controle de entrada de pessoas armadas. Anteriormente, ocorriam as chamadas revistas nas entradas das escolas, quando eram pegos alunos com armas, mas essas medidas não acontecem mais.

Algumas opiniões de professores de escolas públicas demonstraram as limitações ao tentar coibir a entrada de alunos armados. Eles comentaram que o Conselho Tutelar proíbe que as escolas tomem qualquer atitude quando deparam com um aluno armado. O máximo que se pode fazer é passar esse problema para o conselho avaliar e tomar as devidas providências.

Porte de arma é, no entanto, segundo Paulo Afonso Garrido de Paula, procurador de Justiça de São Paulo e membro da comissão redatora do Estatuto da Criança e do Adolescente, crime grave, inafiançável. “O Conselho Tutelar não tem atribuição de normatizar essa questão”, afirma o especialista. De acordo com ele, cabe à escola comunicar o fato diretamente à Delegacia de Polícia ou à Promotoria, que irá proceder nos termos do ECA.

Violência contra a propriedade

Macular a propriedade sobre um bem é uma atitude corriqueira nas escolas, sendo que os roubos e furtos estão em destaque nessa lista. Registram-se vários informes dos alunos e do corpo técnico-pedagógico sobre roubos de carros e objetos pessoais (*veja quadro Relatos de Roubos nas Imediações da Escola*). Os informantes consideram que os pequenos furtos são praticados, em grande parte, por pessoas de dentro do espaço escolar, permitindo a aceitação desses atos como natural. Isso leva alunos, coordenadores e diretores a diminuir sua gravidade e, em alguns casos, desconsiderar a natureza do ato em si. Características de comportamento da juventude foram apresentadas como justificativas de pequenos furtos, considerados atos normais da idade.

Entre os informantes, as opiniões divergem quanto ao grau e frequência de roubos e furtos nas escolas, mas a maioria concorda que as ocorrências mais graves são cometidas por pessoas externas à comu-

Relatos de Roubos nas Imediações da Escola (%)		
Capitais	Alunos	Corpo técnico-pedagógico
Distrito Federal	36	58
Goiânia	27	46
Cuiabá	30	32
Manaus	29	42
Belém	20	41
Fortaleza	27	33
Recife	29	39
Maceió	26	30
Salvador	26	43
Vitória	29	41
Rio de Janeiro	24	32
São Paulo	26	46
Florianópolis	38	42
Porto Alegre	38	62

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001.

nidade escolar, que ali penetram na noite, nos fins de semana e ou nas férias. Dessa forma, constrói-se uma dicotomia entre o espaço realmente violento da rua e o espaço relativamente menos inseguro da escola.

Quando os alunos são vistos como praticantes de roubos e furtos, os jovens sentem-se inseguros em deixar os pertences fora de seu controle. Na pesquisa, entre as ocorrências, foram identificados os pequenos furtos, como os de material escolar – caneta, borracha e estojo –, pequena quantidade de dinheiro, celulares e bolsas.

Violência contra o patrimônio

A dilapidação do espaço e do equipamento escolar, sem o furto de bens, surge como ato de reação social contra a escola. Pesquisas norte-americanas demonstram que o vandalismo costuma estar associado a administrações escolares autoritárias ou indiferentes

Atos de pichação, depredação de muros, janelas, paredes e destruição de equipamentos, acompanhados de furtos, apresentam-se como as formas de vandalismo mais comuns

e omissas, assim como a diretores e professores sem receptividade para com os alunos, à alta rotatividade do corpo docente e, finalmente, às punições. É necessário tentar desvendar as mensagens escondidas nos atos de violência contra o patrimônio das escolas, que podem ter vários significados: a necessidade de chamar a atenção, de exibir-se para os colegas, expressar revolta ou, segundo a pesquisadora Nancy Day, querer deixar sua marca no mundo.

Atos de pichação, depredação de muros, janelas, paredes e destruição de equipamentos, acompanhados de furtos, apresentam-se como as formas de vandalismo mais comuns apontadas nas diversas categorias de entrevistados. A pichação ocorre dentro das escolas públicas e privadas, principalmente nos banheiros, com frases de amor, declarações, mensagens sobre legalização da maconha – “fumo, sim, legalize”; “chapado da maconha” – e, em menor quantidade, protestos contra o governo. Há, ainda, pichações de nomes, referências a gangues, palavrões e frases pornográficas dirigidas a determinadas pessoas. Nos banheiros femininos, encontram-se frases desse tipo e declarações de amor.

A explosão de bombas nos banheiros é retratada, evidenciando a cumplicidade dos colegas ao não denunciar o responsável pelo ato. Além dos episódios de depredação dentro da escola, pais e professores relatam que tiveram seus carros riscados pelos alunos. Os depoimentos contribuem com a hipótese de que não existe o cuidado com o bem coletivo e que a escola ainda se encontra muito distante do aluno e da comunidade.

Vítima e algoz

A escola vive situações nas quais as transgressões, os atos agressivos e as ocorrências de diferentes níveis de gravidade tornam-se cada vez mais presentes. Na pesquisa da UNESCO, os alunos se apresentam como principais autores dessa violência e, ao mesmo tempo, como as principais vítimas, seguidos pelos professores, diretores e funcionários. Professores e funcionários raramente são autores. Os policiais, por sua vez, aparecem mais como praticantes do que como vítimas.

A violência física foi a que mais atingiu todos os grupos de vítimas, seguindo-se a violência contra a propriedade. Por último, a violência verbal, apesar de ela normalmente passar despercebida. Foi possível verificar que mesmo os que não se envolveram diretamente com as ocorrências relatam inúmeros casos dos quais tomaram conhecimento ou presenciaram no espaço escolar. Essa proximidade contribui para banalizar o comportamento violento, tornando trivial a ocorrência de furtos, roubos, assaltos, estupros, agressões físicas, vinganças, homicídios, depredações, entre outros. A gratuitidade da violência para eles é uma realidade, e o medo é comum em suas falas.

A violência física é a face mais visível do fenômeno. O confronto corporal ou armado mobiliza parte considerável das discussões, aparecendo como referência para que os informantes discurssem sobre o tema e o ampliem para incluir outros tipos de violência. Em algumas situações, justifica-se o recurso à violência física como uma forma de defesa pessoal, como atitude de proteção aos amigos mais fracos ou como uma resposta à ação de um sujeito mais forte. Em outras, aparece como uma atitude impensada diante de uma provocação. Independentemente da justificativa, trata-se sempre de uma forma de negociação que exclui o diálogo, ainda que seja impulsionada por múltiplas circunstâncias e se revista de uma conotação moral – como a defesa dos amigos.

Conseqüências sobre o Desempenho Escolar (%)			
Capitais	Não consegue se concentrar nos estudos	Fica nervoso, revoltado	Perde a vontade de ir à escola
Distrito Federal	46	32	31
Goiânia	46	34	34
Cuiabá	51	39	34
Manaus	52	33	34
Belém	46	28	28
Fortaleza	49	32	34
Recife	41	29	27
Maceió	46	33	29
Salvador	46	30	31
Vitória	44	34	31
Rio de Janeiro	42	28	27
São Paulo	42	32	33
Florianópolis	38	32	29
Porto Alegre	42	33	32

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001.

Foram entrevistados alunos.

Por isso, analisar a violência na escola significa lidar com uma interseção de elementos. Trata-se de um fenômeno singular, com práticas sociais que, para serem compreendidas, requerem um olhar que não o reduza, mas o enxergue na sua complexidade.

Os ecos da violência

Diante do que se passa, uma das identidades mais comprometidas é a da escola – lugar de sociabilidade positiva, de aprendizagem de valores éticos e de formação de espíritos críticos, pautados no diálogo, no reconhecimento da diversidade e na herança civilizatória do conhecimento acumulado. Essas situações repercutem sobre a aprendizagem e a qualidade de ensino tanto para alunos quanto para professores.

Entre os alunos entrevistados, quase metade sustenta que a violência no ambiente escolar faz com que não consigam se concentrar nos estudos. Muitos afirmam ficar nervosos, revoltados com as situações que enfrentam. A terceira consequência da violência mais citada pelos alunos é a perda da vontade de ir à escola (*veja quadro Consequências sobre o Desempenho Escolar*). Os alunos são os que mais deixam de ir à escola por temer agressões, roubos e humilhações (*veja quadro Falta às Aulas devido à Violência*) e admitem que esse problema afeta muito a qualidade de seu estudo (*veja quadro Impacto sobre a Qualidade do Ensino*).

Uma pesquisa mais recente sobre violência e escola, realizada em 2004 pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG), aborda o impacto da violência e do medo na eficiência e no desempenho dos estudantes. De acordo com ela, 10% dos estudantes entrevistados nas 50 escolas de Belo Horizonte já faltaram à aula pelo menos uma vez por causa do medo da violência.

No que se refere aos membros do corpo técnico-pedagógico, a primeira consequência é a perda de estímulo para o trabalho. Em segundo lugar, vem o sentimento de revolta e, em terceiro, a dificuldade de concentração nas aulas (*veja quadro Consequências sobre o Desempenho Profissional*). Os professores preferem transferir-se para ambientes escolares mais seguros, ocasionando, portanto, uma defasagem de professores em escolas onde ocorrem mais violências.

As sugestões dos protagonistas

Os entrevistados na pesquisa responderam a um questionário que tratava de medidas para contenção das violências nas escolas. A proposta de aumentar a vigilância policial nas escolas e imediações obteve maior proporção de adesões. Também se destaca a proposição de diálogo entre alunos, professores e diretoria e um outro, parceria entre escola e comunidade, bastante citada pelos professores.

Capitais	Falta às Aulas Devido à Violência (%)	
	Alunos	Corpo técnico-pedagógico
Distrito Federal	7	1
Goiânia	7	2
Cuiabá	9	4
Manaus	8	3
Belém	6	1
Fortaleza	5	4
Recife	5	4
Maceió	4	2
Salvador	7	2
Vitória	5	0
Rio de Janeiro	7	7
São Paulo	8	3
Florianópolis	3	2
Porto Alegre	5	2

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001. Foram entrevistados alunos.

Apesar de desejarem a presença policial na escola e nas suas imediações, os alunos também demonstram uma postura crítica em relação ao tipo de polícia e à forma de segurança oficial. Há um grande descrédito na instituição policial.

Destaca-se, como um indicador positivo, a vontade de pais, alunos, professores e funcionários em apostar em medidas de resolução compartilhada do problema, tendo em vista a indicação do diálogo entre alunos, pais, professores e diretoria e da parceria entre escola e comunidade, como dispositivos importantes para conter o fenômeno nocivo a todos. Os estudantes insistem em medidas preventivas de participação ampliada, baseadas na interação da família com a escola. A instituição é vista, aparentemente, como elemento de mediação entre o aluno e a família, cabendo-lhe trabalhar os significados da violência dentro e fora de seus limites a fim de combatê-la, abordando aspectos importantes na vida do estudante que extrapolam os muros da escola e o período letivo.

Mas existem as opiniões mais radicais. Tanto pais como alunos e corpo técnico-pedagógico advogam disciplina mais dura para quem comete atos irregulares. Citam a expulsão e medidas de segurança como muros altos ou grades de proteção nas escolas. Dentro do contexto das discussões, chamou-se a atenção para a entrada de armas de fogo no ambiente escolar e foi proposta a revista na entrada do colégio para coibir a violência.

Entre outras medidas, tem sido bastante utilizado o apoio de psicólogos nas escolas, focalizando a violência sob uma perspectiva psicológica, e não social. Outro papel de relevância cabe à cultura e à educação, levando ao resgate da auto-estima e a uma conscientização dos problemas e das desigualdades, possibilitando superá-los e gerar solidariedade. O fortalecimento da auto-estima dos alunos serve para combater preconceitos.

Nas estratégias adotadas a fim de combater a violência, duas têm apresentado bons resultados. Uma delas é a melhoria da relação da escola com a comunidade. A outra

é a abertura de canais de expressão dos alunos. Deposita-se na escola, portanto, uma responsabilidade no tratamento da violência, mediante a criação de um ambiente mais amistoso e de cooperação, em que todas as partes estariam envolvidas, como defende o artigo “Violência nas Escolas é ‘Epidemia’ Mundial”, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em julho de 2001.

A expectativa de a escola ser uma agência privilegiada para o combate das violências e das culturas de violência viria, por outro lado, encontrando ressonância em experiências que destacam profissionais que combinam as funções formais de docentes com as de articuladores entre a escola e a família, ou na postura dialógica nas relações com os alunos. Os estudantes sugerem, ainda, uma grade curricular mais flexível, com apelo a linguagens da arte e ênfase nas lições práticas da vida.

Vale assinalar, ainda, os relatos de redução dos atos de vandalismo em consequência da mudança física do ambiente escolar, realizada por intermédio do

Impacto sobre a Qualidade do Ensino (%)		
Capitais	O ambiente da escola fica pesado	A qualidade das aulas piora
Distrito Federal	44	34
Goiânia	38	30
Cuiabá	42	30
Manaus	34	31
Belém	33	28
Fortaleza	36	30
Recife	35	27
Maceió	33	25
Salvador	39	31
Vitória	43	30
Rio de Janeiro	37	28
São Paulo	42	35
Florianópolis	48	29
Porto Alegre	44	30

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001.
Foram entrevistados membros do corpo técnico-pedagógico.

envolvimento e participação direta dos alunos e da comunidade. Isso leva a uma valorização do patrimônio escolar, que passa a ser visto como bem coletivo.

A escola como agente de defesa

Boa parte das opiniões dos estudantes entrevistados na pesquisa da UNESCO vem ao encontro da abordagem do UNICEF em relação ao papel da escola. O ambiente escolar e seu entorno têm uma função complementar a exercer, por meio de iniciativas integradas em sua rotina diária, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de meninos e meninas. Segundo o UNICEF, por meio do processo de aprendizado, coexistência e socialização, o ambiente escolar proporciona condições favoráveis para a detecção, identificação e encaminhamento de casos de violência. Profissionais da educação (professores, merendeiras, auxiliares de serviços) podem identificar os sinais de uma criança que foi ou é vítima de violência, assim como tomar medidas para preveni-la.

Diante dessa posição, o UNICEF vem investigando o que as escolas podem fazer para melhorar a qualidade de vida de seus alunos por meio de iniciativas que não funcionem como alternativas à rotina escolar diária. Uma pesquisa nacional,² em fase de conclusão, procura entender o que as escolas brasileiras vêm fazendo quando suas crianças são vítimas de violência. Um dos objetivos é descobrir se essas escolas têm alguma rotina para detectar e relatar casos de violência e se esses casos são encaminhados às

Conseqüências da Violência sobre o Desempenho Profissional (%)

Capitais	Seu estímulo para o trabalho diminui	Sente-se revoltado	Não consegue se concentrar direito nas aulas	Perde a vontade de ir trabalhar	Fica nervoso e irritado na escola
Distrito Federal	49	39	27	23	22
Goiânia	54	35	30	27	26
Cuiabá	40	29	23	23	21
Manaus	44	28	23	18	19
Belém	37	21	23	15	19
Fortaleza	46	24	33	22	18
Recife	58	27	30	30	21
Maceió	35	25	23	15	15
Salvador	54	26	30	31	27
Vitória	47	24	18	21	24
Rio de Janeiro	48	25	17	30	19
São Paulo	57	31	23	25	23
Florianópolis	42	27	19	31	22
Porto Alegre	54	35	24	28	24

Fonte: Pesquisa Nacional Violência, Aids e Drogas nas Escolas, UNESCO, 2001. Foram entrevistados membros do corpo técnico-pedagógico.

² *Sistemas de Notificação e Detecção da Violência em Escolas Públicas* – UNICEF/Instituto Sedes Sapientiae. 2003-2004. A pesquisa cobriu 4.150 escolas municipais e estaduais de 15 unidades da federação brasileira – 37% do total.

autoridades competentes ou não. Para isso, foram entrevistados os diretores, professores, equipe administrativa e prestadores de serviços de 4.150 escolas municipais e estaduais de 15 unidades da federação brasileira – 37% do total.

Apesar de um cenário desfavorável em relação à violência, detectado nos resultados preliminares da pesquisa, 70% dos entrevistados concordam com a afirmação de que “o fato de uma criança passar boa parte do tempo em uma instituição educacional torna esse espaço especial para detectar sinais de sofrimentos experimentados por crianças e adolescentes”.

A respeito de medidas de proteção e iniciativas tomadas pelas escolas, os resultados da pesquisa indicam que 88% dos entrevistados acreditam ser importante ter um livro para registrar e relatar casos de violência, 43% mencionaram que o diretor da escola deve fazer esse registro, e 37% também acreditam que o diretor deva levar o caso às autoridades competentes, como o Conselho Tutelar.

O UNICEF entende que a questão da violência nas escolas deve ser tratada sob a perspectiva da garantia de direitos e da qualidade da educação

Eles acreditam que é importante para a escola participar da solução de casos de violência e que esses casos sejam levados ao Conselho Tutelar, para garantir a proteção adequada. Apesar disso, existem dificuldades na relação institucional entre as escolas e o Conselho Tutelar. De acordo com os resultados do estudo, não há consenso quanto ao critério a ser utilizado para decidir se o evento violento deve ou não ser relatado ao órgão; 29% dos entrevistados acreditam que um caso deva ser levado ao conselho sempre que acontecer. O mesmo percentual acha que ele só deva ser relatado quando se torna repetitivo.

Os resultados completos da pesquisa serão divulgados até o final de 2005. Espera-se, com eles, produzir material para ajudar profissionais da educação sobre como relatar casos de violência e um vídeo a ser veiculado nas emissoras educativas do país.

Recomendações

As medidas contra as violências nas escolas partem de três premissas gerais: realizar diagnósticos e pesquisas para conhecer o fenômeno em sua forma concreta, conseguir a legitimação pelos sujeitos envolvidos (o que pressupõe a participação da comunidade escolar) e fazer um monitoramento permanente das ações nas escolas.

A prevenção é fundamental. Uma das premissas para se conseguir isso é relacionar conhecimento sensível, ético, valorização do jovem, criação de um clima agradável e participativo, com conhecimento especializado e transdisciplinar, bem como análises sobre segurança pública e segurança escolar.

Deve-se, enfim, assumir a importância da construção de uma cultura de paz, como diz o representante da UNESCO no Brasil, Jorge Werthein, “baseada na tolerância, solidariedade e compartilhamento em base cotidiana, uma cultura que respeita todos os direitos individuais – o princípio de pluralismo, que assegura e sustenta a liberdade de opinião – e que se empenha em prevenir conflitos resolvendo-os em suas fontes, que englobam novas ameaças não-militares para a segurança, como exclusão, pobreza extrema e degradação ambiental. A cultura de paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis”.

A cultura de paz pressupõe o combate às desigualdades e às exclusões sociais, assim como o respeito aos direitos de cidadania. A escola pode ser um local privilegiado de combate à violência, mas, para isso, necessita de profissionais respeitados, com conhecimento de pedagogia, cabendo ao poder público investir na formação e reciclagem desses profissionais e adotar estratégias para fazer prevalecer o direito e os deveres do professor.

Para se vacinar contra a violência, a escola deve transformar-se em lugar de encontro de diversidade cultural, habilitado para formas criativas de solidariedade. Precisa usar todo o potencial estratégico para tecer relações com a comunidade, especialmente a família, tendo os pais como parceiros para tal fim. Nesse núcleo deve ser possível a formação de valores e transmissão de conhecimentos.

As medidas de prevenção, de origem pública ou privada, precisam ser experimentadas e acompanhadas de perto. Diversos projetos voltados ao combate à violência nas escolas têm sido implementados em todo o mundo. Um bom exemplo é o projeto *Sevilha Ante Violência Escolar (SAVE)*, iniciado em 1995. O modelo parte do ponto de vista psicoeducativo e da escola como um lugar de vida em comum entre os jovens, onde todos os membros da comunidade – famílias, professores e alunos – devem estar representados. Atualmente, ele atua em 28 estados norte-americanos e no Canadá, promovendo grupos de discussão nos quais voluntários orientam os estudantes a discutir e desenvolver alternativas para a resolução de conflitos e a aplicar o que aprendem em projetos de combate à violência no ambiente escolar e comunitário.

Uma política capaz de dar ótimos resultados é a relacionada ao reforço da imagem da escola como espaço de lazer. Um bom começo seria implementar programas para abertura das escolas no final de semana, com propostas de envolvimento da comunidade, da família e dos alunos em atividades culturais, artísticas e esportivas e de lazer. A tônica da programação seria a educação para a cidadania e a construção de uma cultura da paz. A escola deve ainda promover atividades artísticas e esportivas que envolvam toda a comunidade escolar e a família dos alunos. Aliás, a instituição educacional pode ser um pólo de promoção da socialização das famílias e da comunidade em que se situa a escola, para a redução da violência.

No Brasil, o programa *Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz*, criado pela UNESCO, é resultado de várias pesquisas sobre violências envolvendo os jovens no Brasil, quer como vítimas, quer como agentes diretos. Um exemplo desse trabalho é o *Projeto Escola de Paz*, iniciativa conjunta da UNESCO e do estado do Rio de Janeiro, em que 200 escolas públicas abrem suas portas aos fins de semana, aproveitando os talentos e a produção cultural da própria comunidade em áreas de maior vulnerabilidade so-

cial. Esse mesmo projeto está sendo realizado em outros estados brasileiros, com nomes variados, atendendo a mais de 7 milhões de pessoas. O programa também foi assumido pelo Ministério da Educação (MEC) e está implantado em três unidades da federação, chegando a seis no total de 2005.

A percepção do fenômeno das violências nas escolas resulta das histórias vividas e recolhidas pelos diversos atores que convivem no ambiente escolar e das relações que estabelecem entre si. Nessa medida, as violências são percebidas como um fenômeno corriqueiro no cotidiano daqueles que já vivenciaram situações ligadas a roubos, ameaças, assalto, discriminação, vandalismo, atitudes autoritárias, brigas etc. Para evitar a continuidade dessa situação, é indiscutível a necessidade de se identificarem medidas para que os estabelecimentos de ensino se apresentem como espaço seguro para seus integrantes, uma vez que a violência afeta a integridade física, emocional e psicológica de alunos, professores, funcionários e pais.

Diante desse contexto, as especificidades nacionais devem ser consideradas na hora de planejar as políticas públicas, que devem ser firmadas nas ações de prevenção da violência, e não se basearem em medidas repressivas. Em relação à escola, deve-se ter uma proposta pedagógica mais atraente à linguagem juvenil, considerando os jovens como protagonistas das políticas.

As sugestões a seguir precisam do apoio dos governos federal, estaduais e municipais, assim como da sociedade civil. No âmbito das escolas, é necessário o envolvimen-

Por que uma escola se torna violenta?

Há escolas que apresentam violências permanentes e outras apenas ocasionais. Algumas, ainda, são historicamente mais violentas do que outras. Curiosamente, há também aquelas que são seguras, apesar de estarem localizadas em regiões extremamente perigosas. É o caso de uma escola pública na periferia do Rio de Janeiro, considerada privilegiada entre as demais. A justificativa dada por professores e alunos é ser ela uma instituição escolar com as dependências sempre conservadas como novas e um corpo de professores unidos em prol do ensino. Os alunos têm ambiente de amizade e respeito. Por isso, ajudam na conservação do colégio, e a segurança é de ótima qualidade. A escola conta com um grêmio organizado, e cada turma possui um representante e um suplente, além de um professor conciliador da turma que representa o colégio na reunião de pais. Esses, por sinal, têm participação freqüente nas atividades escolares. A

direção tem discurso democrático enfatizando o diálogo como forma de interação do aluno. Os professores também manifestam esse sentimento incorporando seus próprios filhos na comunidade escolar.

Outro exemplo é uma escola na periferia de Curitiba, com vizinhança considerada perigosa, mas relativamente segura. Os alunos que a freqüentam são moradores do bairro, assim como a direção da escola. Os alunos percebem que o colégio é um espaço de socialização onde as relações de afetividade são construídas e vividas entre professores e alunos, direção e coordenação. A direção garante controle rígido de entrada de pessoas estranhas no estabelecimento.

Há, também, momentos em que o estabelecimento de vínculos com a comunidade traz implicações, como a necessidade de lidar com os traficantes de drogas e as gangues. A diretora de uma escola da periferia do Rio de Janeiro recorre à política da boa vizi-

to de todo o corpo docente, alunos, pais, funcionários, mídia, polícia e outros. As secretarias estaduais e municipais de educação devem acompanhar o processo de implementação das medidas, contribuindo com a preparação de pessoal e de material para treinamento de funcionários, além de discutir políticas de gestão e segurança com autoridades escolares e com a comunidade.

Algumas atitudes práticas precisam ser cobradas dessas esferas administrativas, como os cuidados com o entorno ou a vizinhança da escola. Para se criar zonas seguras, é necessário que surjam mais semáforos, passarelas e faixas de pedestre, que a iluminação esteja em bom estado, que seja controlada a venda de bebidas alcoólicas em locais próximos e proibida a existência de estabelecimentos de jogos de azar. Naturalmente, a circulação de drogas ilícitas precisa ser vigorosamente combatida.

Fora da sala de aula, é preciso levar adiante projetos que busquem conscientizar os alunos quanto às conseqüências do uso de armas, de drogas, roubos e assaltos, preconceitos contra homossexuais e atitudes discriminatórias quanto às diferenças étnicas e de gênero. Por isso, são bem-vindas campanhas de combate à violência com o apoio dos meios de comunicação de massa e outras instituições de mobilização.

Naturalmente é preciso cuidar do estado físico e da limpeza da escola. Criar ambientes agradáveis, bem ventilados e iluminados, com móveis em boas condições e espaço adequado para as atividades escolares de lazer. Isso ajudará os alunos a terem orgulho da instituição e se sentir parte dela.

nhança com os traficantes, incluindo-se aí vários ex-alunos da escola. Os alunos afirmam que, apesar da rigidez em relação às regras de disciplina, os jovens se referem à direção com apreço.

Sobre a mudança de tipologia da escola de mais violenta para menos violenta, considera-se a atuação do diretor. Há o exemplo de uma escola do município de São Paulo, localizada em um bairro operário. Segundo o diretor chamado para trabalhar na escola considerada o circo dos horrores, acabou permanecendo e mudando a sua imagem. Relatavam os alunos que a direção anterior não permanecia na escola, portanto não acompanhava o desenvolvimento dos alunos, muito menos cuidava do aspecto físico do estabelecimento.

O diretor conta que seu principal segredo foi trabalhar em equipe com a mesma filosofia, respeitando as regras estabelecidas pela escola, bem

como valorizando os alunos, resgatando a auto-estima por meio do estímulo ao diálogo. Incluiu na sua prática a conservação da estrutura física, fez-se mais presente, combinando respeito e liberdade. Hoje, essa escola é uma das mais procuradas do bairro e tida como modelo.

Afirmar que as violências nas escolas representam um estado e não uma característica de uma ou de outra, ou do sistema escolar, significa assumir que essa condição muda de acordo com os processos pelos quais cada estabelecimento de ensino passa, em especial as mudanças na administração e das relações com diretores e professores. Os dados apontam que alterações feitas pela administração produziram mudanças no perfil da escola em relação à violência: o estreitamento da tolerância em relação às regras; a democratização do ambiente escolar; e a melhoria e conservação da estrutura física.